

Pesquisando as práticas sociais cotidianas no campo da psicologia social crítica: a perspectiva da Etnografia Institucional

Renata Meira Veras. Universidade Federal da Bahia

Luciana Fernandes de Medeiros. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

A Etnografia Institucional (EI) é considerada por Dorothy Smith como uma sociologia para pessoas e vem sendo utilizada como uma abordagem teórico metodológica em pesquisas no campo da psicologia social crítica. A EI direciona o olhar para as relações sociais criadas entre as estruturas de poder (instituições) e as práticas desenvolvidas em um nível microssocial que constituem a vida cotidiana (etnografia). Esse artigo tem o objetivo de apresentar os conceitos fundamentais dessa perspectiva, a aplicação em pesquisas no campo da psicologia e, por fim, uma análise crítica a esta perspectiva. Sendo a realidade social constituída por diferentes formas de contatos e interações, a EI rejeita o padrão eurocêntrico de metodologia e concebe o fazer científico como resultado de complexas relações que conectam o investigador com as pessoas, com as coisas, com as práticas cotidianas, com os interesses, com os recursos e com as instituições.

Palavras-chave: Etnografia Institucional; Pesquisa Social; Psicologia social crítica; Metodologia de Pesquisa; Feminismo

Abstract

Researching everyday social practices in the field of critical social psychology: the perspective of institutional ethnography. Institutional Ethnography (IE) is considered by Dorothy Smith as a sociology for people and has been used as a theoretical and methodological approach in critical social psychological research. IE directs to address to the social relationships created between power structures (institutions) and the practices developed at a microsocial level that constitute everyday life (ethnography). This article aims to present the fundamental concepts of this perspective, its application in social psychological research and, finally, a critical analysis of this perspective. As social reality is constituted by different forms of contacts and interactions, IE rejects the Eurocentric pattern of methodology and conceives of scientific practice as the result of complex relationships that connect the researcher with people, with things, with daily practices, with interests, with resources and with institutions.

Keywords: Institutional Ethnography; Social research; Research methodology; Critical social psychological; Feminism

Resumen

Investigar las prácticas sociales cotidianas en el campo de la psicología social crítica: la perspectiva de la etnografía institucional. La Etnografía Institucional (IE) es considerada por Dorothy Smith como una sociología de las personas y ha sido utilizada como un enfoque teórico metodológico en investigaciones en el campo de la psicología social crítica. La IE se centra en las relaciones sociales creadas entre las estructuras de poder (instituciones) y las prácticas desarrolladas a nivel microssocial que constituyen la vida cotidiana (etnografía). Este artículo tiene como objetivo presentar los conceptos fundamentales de esta perspectiva, su aplicación en la investigación en el campo de la psicología y, finalmente, un análisis crítico de esta perspectiva. Dado que la realidad social se compone de diferentes formas de contactos e interacciones, la IE rechaza el estándar metodológico eurocéntrico y concibe el trabajo científico como resultado de relaciones complejas que conectan al investigador con las personas, con las cosas, con las prácticas cotidianas, con los intereses, con los recursos y con las instituciones.

Palabras clave: Etnografía Institucional; Investigación social; Psicología Social Crítica; Metodología de investigación; Feminismo

Introdução

A psicologia enquanto ciência foi moldada e aliçada em uma lógica positivista baseando-se na premissa de que, em obstinada busca de leis universais, a investigação e a intervenção psicológica deveriam prever comportamentos e desvendar a autêntica essência do ser humano (Gergen, 2001; Neves & Nogueira, 2004). Assim, conceitos como os de racionalidade, de evidência e de progresso científico faziam parte da lógica positivista e para se firmar como ciência, a psicologia passou a buscar a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade que poderiam lhe conferir o status de ciência moderna.

Para Figueiredo e Santi (2002) o contexto social e cultural do século XIX contribuiu para uma experiência denominada por eles de subjetividade privatizada, que se referia a um voltar-se para si mesmo em função de uma racionalidade que apregoava o individualismo e a singularidade humana. Esta tradição de fazer ciência só concebia a possibilidade de analisar os fenômenos socioculturais quando tratados sob rígidos procedimentos metodológicos para encontrar regularidades, padrões, esquemas ou estruturas semelhantes em dadas sociedades. No entanto, esta perspectiva esconde uma postura autoritária ao olhar o outro de cima, nivelando-o e silenciando-os nas suas possibilidades de falas. Sendo assim, a partir dos anos 60 as abordagens críticas passaram a contestar e desconstruir essa lógica positivista, marcando o início da denominada crise da psicologia (Ibañez, 1994; Nogueira, 2001). Desde então temos verificado novas formas de conceber e desenvolver pesquisa no campo da psicologia. Embora ainda exista a predominância de estudos demarcados pelas grandes premissas da teoria social construída em meados do século XX, é possível identificar o surgimento de novas perspectivas e ângulos de abordagem sobre os fenômenos sociais e psicossociais (Alves, 2010; Spink, 1999). Perspectivas estas que refletem novas concepções ontológicas e epistemológicas acerca do social. Diferente da tradição dominante de fazer ciência que busca uma única realidade e as representações sobre essa realidade, as novas perspectivas críticas diferem-se das positivistas por desafiar as instituições sociais dominantes, já que propõem alternativas à sua conceitualização. É nesse caminho que as perspectivas críticas da psicologia social, entre outras, rompem com a tendência de centrar-se em uma ideologia universal centrada em problemas individuais e passa a se definir

como uma ciência comprometida com questões sociais analisando fatores estruturais, políticos e culturais (Neves & Nogueira, 2004).

Observamos que estas perspectivas críticas apontam para a relevância de se compreender e analisar as experiências, os discursos e as práticas cotidianas destacando sempre a interrelação entre as pessoas e o mundo. Sendo assim, estão interessadas em apreender os fluxos de ações e práticas através dos quais as pessoas organizam e dão sentido às suas vidas (Corcuff, 2001). Para Traverso-Yépez (2008), “o social se constitui em função de os seres humanos estarem sempre participando em práticas sociais, ou seja, em marcos de interação ou contextos de significados compartilhados” (p. 25). Azevedo (2012) pontua que a psicologia social em sua vertente crítica tem o desafio de “apontar as conexões, as transversalidades e o complexo amálgama dos fenômenos sociais incluindo aí a subjetividade” (p. 23).

Como, então, investigar essas problemáticas do mundo cotidiano sem recair na tradição que justamente é criticada pela psicologia social e pela sociologia? Faz-se necessário, portanto, metodologias mais condizentes com esse desafio, pois esses fenômenos são passíveis de diferentes interpretações e posicionamentos. Dentre as perspectivas metodológicas que podem contribuir para a investigação e compreensão dessas problemáticas, destacamos a Etnografia Institucional desenvolvida por Dorothy Smith, que é considerada uma teórica do pensamento feminista por tecer críticas à epistemologia empirista e à sociologia ortodoxa. Para Smith (1987) as perspectivas metodológicas mais tradicionais se fundamentaram na visão dominante masculina eurocentrada que focalizava seu olhar no mundo do trabalho remunerado, política e organizações formais da sociedade (onde as mulheres foram historicamente excluídas), desconsiderando o mundo feminino caracterizado pela reprodução sexual, cuidado com crianças, trabalho doméstico e laços afetivos (Beauvoir, 2016). Essa perspectiva contribuiu para alienar as mulheres de suas próprias vidas. Nesse sentido, Smith propõe uma revisão metodológica com o intuito de considerar as mulheres no fazer sociológico nas particularidades de um mundo real e cotidiano. Devemos lembrar que as perspectivas metodológicas qualitativas não envolvem apenas métodos e técnicas, baseiam-se em premissas e escolhas ontológicas e epistemológicas sobre as quais é necessário refletir a fim de garantir coerência e qualidade na pesquisa (Traverso-Yépez, 2008).

A Etnografia Institucional fundamenta-se em bases epistemológicas que a distanciam do paradigma científico da modernidade, misturando provocativamente ideias neo-Marxistas, fenomenológicas e etnometodológicas. O próprio termo Etnografia Institucional sugere explicitamente a necessidade de um olhar direcionado para as relações sociais criadas entre as estruturas de poder (instituições) e as práticas desenvolvidas em um nível microssocial que constituem a vida cotidiana (etnografia). Tendo o foco nas relações institucionalizadas, a EI percebe os participantes do estudo como co-constructores de um conhecimento sobre a vida cotidiana, que por sua vez está imbuída de relações de poder estruturais fundamentais para coordenar suas próprias experiências e das demais pessoas envolvidas (Smith, 2005; Pinheiro, 2014). Essa metodologia tem sido adotada por psicólogos no campo da psicologia social para investigar as interrelações nas diferentes instituições, como se pode verificar nos estudos de Vêras (2010), Azevedo (2010), Moraes (2010), Pinheiro (2008), Traverso-Yépez, Bernardino e Gomes (2007).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é apresentar a Etnografia Institucional como uma proposta teórico metodológica a ser utilizada pela psicologia social crítica, uma vez que esta deve ser encarada como uma estratégia destinada a politizar todas as subdisciplinas da psicologia como um mecanismo de problematização das questões colocadas pela ciência (Parker, 1999).

A Etnografia Institucional e a Psicologia Social Crítica

O pensamento de Dorothy Smith foi precursor para a inclusão da pauta feminista nas investigações científicas. Especificamente na sociologia, Smith teceu uma importante crítica à sociologia ortodoxa (à qual ela se refere como círculo interno da sociologia) liderada por homens brancos europeus. Íñiguez (2002) insiste que questionar as verdades geralmente aceitas não é apenas a maneira que nos ensinaram a olhar o mundo, mas também a forma como nos ensinaram a olhar para nós mesmos. Provavelmente esta é a primeira demanda da Psicologia Social crítica: uma constante problematização das ideias e dos conceitos, inclusive daqueles que quase não podemos imaginar distantes de como nos foram ensinados. Esta perspectiva está em oposição ao paradigma positivista na ciência que se apóia na ideia de que a natureza do mundo é revelada através da observação empírica e o que percebemos

é a “realidade” (Traverso-Yépez, 2008). O processo de mediação, ou as formas de subjetivação, estão sempre perpassando a leitura que fazemos da realidade, assim, o conhecimento é relativo a certas práticas, a um contexto sócio-histórico e cultural e aos interesses da comunidade de cientistas na qual esse conhecimento é gerado (Domenech & Ibañez, 1998).

Para Dorothy Smith, seria impossível analisar os fenômenos sociais sob o olhar machista, já que apenas o que seria do conhecimento desses homens poderia ser analisado: “O método, esquemas conceituais e teorias (da sociologia) têm sido baseados através da perspectiva de (brancos, classe-média) homens Europeus” (Smith, 1990, p. 23). No Brasil, Mariza Corrêa (1981) já apontava para este fato ao demonstrar como a ideia de Família Patriarcal Brasileira foi cunhada e perpassada por um modelo que não representava a realidade dos brasileiros¹. No entanto, como esse era o modelo de família dos sociólogos e também psicólogos (homens brancos de classe média) que estudavam e publicavam sobre esse tema, consequentemente, o modelo patriarcal da família brasileira foi perpassado ao longo dos anos através da divulgação científica e, assim, sendo enraizado nos costumes dos brasileiros. A própria psicologia também absorveu o discurso normativo sobre família de maneira a reproduzir, em algumas de suas teorias, um ideal de família baseado nesse modelo hegemônico (Franco et al., 2021; Chagas & Chagas, 2017; Costa, 1999). É nessa perspectiva que Smith entende que a primeira forma de dominação dos homens é, portanto, a partir do convencimento (possibilitado pelo seu *status* de cientista) dos grupos subordinados (negros, mulheres, LGBTQIAP+, pobres, portadores de deficiência, etc.) a acreditarem que o conhecimento centrado no modelo masculino, branco e de classe média é universal e científico. No campo da psicologia social há também a preocupação em problematizar e criticar a naturalização com que certos comportamentos, atitudes e crenças contribuem para a opressão de mulheres, de pessoas negras e do público LGBTQIAP+ (Franco, Fajardo, Cardoso e Mello, 2021).

Para Garay, Íñiguez e Martinez (2001), a psicologia social crítica se fundamenta principalmente a partir das propostas do construcionismo social, destacadamente a da reflexividade e da epistemologia feminista. Neste sentido, o conceito de opressão é central para a psicologia social crítica. Parker (1999) a define como um processo de exclusão e exploração engendrado por dimensões psicológicas e políticas, no qual grupos

dominantes exercem seu poder restringindo o acesso a recursos materiais controlando grupos ou pessoas subordinadas através do medo.

Pensando dentro dessa perspectiva, todas as outras formas de conhecer os “outros” são menos válidas, principalmente porque esse conhecimento é marcado pelo simbolismo do corpo biológico (ou pelo corpo) ao justificar a exclusão das mulheres dos espaços dominados pelo patriarcado. O primeiro insight de Smith sobre a dominação masculina nas relações sociais no âmbito acadêmico teria acontecido na sua época de pós-graduação em sociologia, enquanto era mãe, esposa e estudante. Smith percebeu que o homem poderia estar corporalmente (bio logicamente) presente em todos os espaços físicos, já que esse corpo conferia credibilidade a seus enunciados, por outro lado, o corpo da mulher a afastava de sua credibilidade. Assim, tendo em vista a presença constante do corpo (ou a presença bio-lógica) para o pensamento social na sociologia (graças à visão dos homens brancos europeus) o corpo passou a ter um papel fundamental na constituição do status social. Simone de Beauvoir em “O segundo sexo” (Beauvoir, 2016) fez esses apontamentos em meados do século XX, no entanto, a filósofa é normalmente mais conhecida como a esposa de Jean Paul Sartre, tendo sofrido diversos rechaços no período em que lançou sua obra, sobretudo porque não desejava ser mãe. Ou seja, porque Sartre era mais reconhecido socialmente do que Beauvoir? Esses papéis sociais atribuídos à mulher podem ser explicitados a partir do estudo das práticas cotidianas e das relações de poder dentro das instituições.

Foi nesse sentido que Dorothy Smith afirmava que era necessário anular o seu corpo de mãe (que estruturava sua forma de pensar a partir do cheiro de suas crianças, da comida, da limpeza da casa) enquanto desempenhava o papel de pesquisadora na universidade. Este último era um espaço onde não cabia o corpo da mulher. A ausência do corpo seria, nesse sentido, condição para o pensamento racional e científico, ou seja, seria a condição *sinequanon* para fazer parte do espaço acadêmico. A este fenômeno ela denominou **bifurcação de consciência**.

A influência dos escritos de Marx (1946) a fez explicar esse conceito ao se referir à prática de adaptação (alienação) a um mundo determinado pela visão do grupo dominante. A pessoa, no intuito de se adaptar a um modo de vida ou de trabalho (que não é condizente com sua situação no mundo) se acomoda a ele

suprimindo sua consciência do outro eu. Como um modo de **governança**, nos espaços institucionais, os indivíduos exercem a bifurcação de consciência, estabelecendo dois modos de conhecer, experienciar e agir – um localizado no corpo e no espaço que ocupa e age, e o outro local perpassando além dele. Para ela, essas duas subjetividades não se misturam. As ideias de Smith coincidem com o conceito de dupla consciência apresentado por Dubois (1990) para descrever a condição experiencial de americanos negros. Para este autor, o/a oprimido/a se caracteriza como tal ao se adaptar (ou se acomodar) às regras do jogo, não refletindo acerca dos seus interesses ou desejos, ou mesmo dos seus pensamentos. Agindo assim, esses indivíduos acreditam que a dupla consciência (ou bifurcação da consciência) os provê de uma certa vantagem nesses espaços.

Para Smith (2006) essas ações coordenadas das pessoas se fundamentam no reconhecimento do caráter relacional do psiquismo, assim como no papel fundamental da linguagem tida como mediadora das relações sociais que o constituem, assim como George Herbert Mead (2021) postulava. Para Mead, e também Smith, a linguagem é considerada como o meio pelo qual a consciência e subjetividade se constituem e se articulam nas interações entre as pessoas. E é nesse território socialmente compartilhado e dialógico que são criados os repertórios discursivos através dos quais pensamos e falamos sobre nós mesmos e sobre o mundo. Portanto, as palavras, posicionamentos e ações das pessoas articulam-se permanentemente nas relações cotidianas. Na psicologia o denominado “giro linguístico” promoveu reflexões acerca dos discursos, superando a perspectiva de que a língua é utilizada apenas para comunicar os sentimentos. Na perspectiva crítica, compreendemos que os indivíduos nascem num mundo onde já existem campos culturais e categorias usadas pelas pessoas que variam de cultura para cultura. Assim, a forma como as pessoas pensam, os conceitos e categorias construídos permitem a elas um campo de significados que são mediados pela linguagem (Nogueira, 2001).

Nesse pensamento, enquanto teórica do pensamento crítico feminista², Smith enfatiza, portanto, que as sociedades ocidentais operam a dominação através de **textos** que facilitam o controle social dos subalternizados. Os textos podem ser livros, formulários, relatórios, censos, leis, políticas e muitos outros artefatos textuais (filmes, gravações de áudio, ingressos) que podem ser replicados e circulados ao longo do tempo e do espaço geográfico (Rankin, 2017a). Esses textos

são ativados através das “**ruling relations**” (relações normatizadoras) que incluem não apenas formas como burocracia, administração, gerenciamento, organização profissional e imprensa, mas também se refere a “um complexo de discursos científicos, técnicos e cultural que entrecruza, interpenetra e coordena as relações sociais” (Smith, 1990, p. 6). O termo cunhado por Smith expressa, portanto, como esse complexo liga as pessoas às relações sociais da economia e das instituições. Os textos também perpassam pelas ações, atitudes e comportamentos contribuindo para os processos de subjetivação e os modos como as pessoas experienciam o seu cotidiano. Assim, no campo da psicologia, é possível investigar, compreender e analisar como determinadas práticas cotidianas permanecem consolidadas em determinados contextos apesar das informações, dos sofrimentos vividos e dos gritos das minorias.

Observamos que há uma destacada influência da Etnometodologia de Harold Garfinkel (2018) na formulação desses conceitos e ideias de Smith sobre as relações institucionalizadas. No entanto, o que a diferencia dos estudos etnometodológicos tradicionais é a ampliação da análise para além das particularidades das pessoas direta e explicitamente envolvidas, considerando espaços outros que ela denominará de **translocais**³. Na EI são analisadas as sequências de ações que conectam as pessoas a outras ações de outras pessoas, em outros locais ou tempos (Pinheiro, 2014). Para Smith (1990), a sociologia ortodoxa não conferia a atenção devida ao papel das relações sociais no funcionamento das instituições. Esse é o desafio que deve ser enfrentado por uma perspectiva teórico metodológica que dê conta de investigar e refletir sobre essas práticas num nível trans-local, como devem ser analisadas as relações socialmente organizadas nas sociedades contemporâneas.

Para tanto, um conceito fundamental na **Etnografia Institucional** é o de **standpoint**. Utilizado inicialmente por Sandra Harding (1986), o *standpoint theory* é utilizado por esta autora para identificar o ponto de vista das pessoas a partir do posicionamento social do sujeito específico como conhecedor e criador do conhecimento. Mas, Dorothy usa o conceito de *standpoint theory* de maneira diferente em seus estudos. Esse conceito para ela é parte integrante do projeto que originalmente denominou de sociologia das mulheres, mas logo foi transformada em sociologia das pessoas. Como desenho de uma posição subjetiva na EI, analisar o ponto de vista das pessoas serve como ponto de entrada para descobrir o social que (para a EI) não

subordina o objeto de investigação a formas objetificadas de conhecimento da sociedade ou da economia política. Isso porque a EI é um método de investigação que trabalha a partir das realidades da vida cotidiana e da experiência das pessoas para descobrir o social que se estende além do contexto local, por isso a necessidade de se explorar os espaços translocais (Smith, 1990). Para Smith o *standpoint* não deve categorizar ou homogeneizar as condições de vida das pessoas a partir do gênero, raça ou classe, mas sim deve ser compreendido de forma singular para cada participante. Sabendo que esses pontos de vista autodefinidos das pessoas (principalmente de grupos oprimidos) têm sido invisíveis para os pesquisadores mais ortodoxos, perspectivas metodológicas que dêem conta de revelar essas experiências podem contribuir para a criação de formas de resistência às ideias do grupo dominante, tal como a Etnografia Institucional.

Colocando em prática a Etnografia Institucional

Tendo em mãos os conceitos básicos da EI proposta por Smith, podemos agora indicar os possíveis caminhos para colocar em prática a investigação. Iniciamos alertando que Smith nunca propôs um passo-a-passo, típico de manuais de metodologia. No entanto, ela sugere algumas indicações necessárias para que o investigador consiga identificar os textos utilizados nas relações normatizadoras, assim como formas de analisar os pontos de vista das pessoas. Inicialmente, é importante ter em mente de que a EI está comprometida em descobrir além das experiências individuais das pessoas (incluindo a experiência do próprio pesquisador), e colocar em palavras (complementadas em alguns casos com diagramas e mapas) o que o/a pesquisador/a descobriu sobre como as atividades das pessoas e as práticas cotidianas são coordenadas.

O **primeiro passo** no processo investigativo é, portanto, identificar a problemática a ser analisada (Campbell & Gregor, 2008). A imersão em campo como primeira etapa é fundamental nesse tipo de perspectiva metodológica. A revisão bibliográfica (estado da arte) acerca do tema mais amplo vai dar indicativos ao pesquisador sobre como este vem sendo discutido na literatura científica. No entanto, apenas a partir da imersão em campo é que a real problemática vai surgir e ser percebida pelo pesquisador. Assim, participar de reuniões, rodas de conversa, eventos promovidos pela instituição

ou pelos funcionários/colaboradores são interessantes para se observar e também para estabelecer vínculos com as pessoas (Azevedo, 2014). Os informantes são peças fundamentais para conseguir identificar essa problemática presente na vida cotidiana. Conversas informais são instrumentos poderosos que podem ampliar ou modificar a perspectiva do/a investigador/a obtida apenas com a revisão bibliográfica. Para Smith (2006), o mundo cotidiano, em sua complexidade, é considerado pela EI como uma arena inacabada de descobertas na qual as linhas de relações sociais estão presentes e passíveis de serem exploradas.

O **segundo passo** é identificar os processos institucionais que estão modelando essa prática cotidiana (ou problemática) (DeVault & McCoy, 2006). Turner (2006) indica a necessidade de produzir um mapa complexo que consiga representar as relações sociais existentes nesse contexto e de que maneira estão relacionadas com outros espaços (que Smith define como translocais). Esses espaços se configuram, portanto, como redes complexas e multifacetadas que podem ser mapeadas, tornando suas interconexões mais claras para os atores sociais (pesquisadores e participantes) de modo que consigam perceber os lugares que ocupam nessa tessitura. Dessa forma, podem compreender e posicionar-se de maneira mais crítica sobre esses espaços (Pinheiro, 2014). Como já foi descrito na seção anterior, a análise documental dos textos presentes nessas instituições é ponto fulcral na EI. Portanto, é tarefa fundamental identificar e analisar nessa etapa os *textos* (não apenas documentos escritos, mas qualquer forma institucionalizada de se comunicar) principais que são utilizados para normatizar o cotidiano na instituição onde vai se desenvolver o estudo (Smith, 2006). Cada texto se alicerça em um discurso que lhe confere certa materialidade. São esses textos que contribuem para nortear as práticas cotidianas dentro das instituições e, que, por vezes, dificultam os processos de mudança. No campo da saúde, por exemplo, discursos biologicistas são dominantes em detrimento de outras explicações para o surgimento e agravamento de certos problemas (Traverso-Yépez & Medeiros, 2005) e isso contribui sobremaneira para o aumento de exames e medicações para situações que poderiam ser resolvidas de outras formas.

O **terceiro passo** é investigar as relações normatizadoras no intuito de descrever analiticamente de que maneira os textos operam como base da experiência cotidiana. Nessa etapa a investigação ocorre em

duas etapas: em nível local e em nível translocal. Para Campbell e Gregor (2008), a pesquisa de campo deve se expandir além do que as pessoas fazem e sabem no local. A passagem do nível local para o translocal dá-se de forma contínua revelando as forças que atuam translocalmente e coordenam as ações das pessoas quando atuam em nível local. Nesse momento entra em ação o conceito de *standpoint theory* explicado anteriormente. Alguns instrumentos podem ser utilizados nessa etapa, tais como observações participantes registradas em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e grupos focais com participantes do contexto a ser analisado. Os dados coletados serão saturados a partir das referências diretas e indiretas às práticas institucionais analisadas, tais como encontros, consultas, agendas, normas e a criação de regras (Rankin, 2017a).

A **análise de dados** na EI é pouco explorada nos livros de Smith, uma vez que ela afirma que o método empregado na etapa de análise dos dados obtidos vai depender desses dados e da problemática analisada (Smith, 1990). No entanto, há alguns pontos importantes a serem considerados no processo analítico da EI. Inicialmente é importante destacar que a análise na EI é sempre investida nos relatos da vida cotidiana. É um processo de busca por evidências que apontem como o trabalho e as ações cotidianas das pessoas estão interligadas geográfica e politicamente para ser possível construir um relato mais detalhado sobre como o cotidiano das pessoas é socialmente organizado (Rankin, 2017b).

Para tanto, o primeiro passo no processo analítico da EI é a análise da revisão de literatura. Nesse tipo de estudo, o/a pesquisador/a deve adotar uma postura crítica em relação à literatura existente acerca da problemática estudada. Não deve se limitar apenas a explorar as pesquisas já realizadas dentro do tema, mas sim deve estar atento/a para analisar de que maneira a literatura se apoia em uma estrutura de conceitos e teorias que foram “abstraídos” sem qualquer relação com a vida cotidiana das pessoas. É preciso observar de que maneira a problemática é tratada dentro das relações dominantes e das práticas discursivas de produção do conhecimento. Posicionar esse caminho para a literatura é o primeiro passo para uma análise coerente com os objetivos da EI.

Posteriormente, Rankin (2017a) sugere que a pesquisadora proceda **ao mapeamento, à indexação e à escrita dos relatos**. Para esta autora, estas são estratégias analíticas que podem ser usadas separadamente ou em conjunto. O **mapeamento** das atividades

cotidianas apoia o desenvolvimento da análise e é também uma técnica útil para trazer coerência visual às descobertas. Os mapas esquemáticos ajudam a revelar de que maneira os múltiplos textos embutidos nas ações cotidianas podem revelar uma relação dominante coerente que coordena o fazer das pessoas. Phillips e Hardy (2002), trabalhando com a técnica da análise do discurso, sugerem uma maneira de desenvolver o mapeamento e descrevem um caminho para o mesmo: 1) identificar os atores apresentados nos discursos; 2) identificar os temas relacionados a cada ator; 3) apontar a definição dos temas pelos atores (como conceituam e que ideias perpassam cada tema). Dessa maneira, é possível desenhar um mapa de discursos e temas que vão mostrando os resultados da investigação.

Pensando nos mapas como uma ferramenta que pode orientar as pessoas para uma localização física, Smith (2006) sugere organizar os dados que compõem esse mapa através da indexação. A **indexação** é uma maneira de organizar os dados, vinculando-os às práticas e aos acontecimentos, para apoiar uma visão analítica da instituição. Ao invés de “criar” temas e categorias a partir dos dados, a indexação é uma estratégia que pode ser usada para que o pesquisador possa se manter fundamentado na materialidade central da EI. Isso porque a indexação é uma ferramenta usada para fazer referências cruzadas entre processos de trabalho, pessoas e configurações recorrendo ao apoio da literatura. Para Spink e Menegon (1999), a indexicalidade é um critério importante para delinear o rigor na pesquisa qualitativa. Esse critério refere-se à importância de descrever o contexto em que ocorreu a pesquisa de campo e também ao uso da triangulação metodológica para “trazer à baila resultados contrastantes ou complementares que possibilitam uma visão caleidoscópica do fenômeno em estudo” (Spink & Menegon, 1999, p. 87). Na prática, o pesquisador deve usar algumas técnicas de pesquisa de campo, como dito anteriormente (rodas de conversa, entrevistas, grupos focais, observações) e descrever o contexto em que foi realizada a pesquisa.

E, por fim, o **processo de escrita dos relatos** envolve selecionar uma atividade descrevendo-a como ela é organizada socialmente. A escrita dos relatos deve ser elaborada com o intuito de vincular às descrições os problemas, as tensões, as frustrações e queixas que estão embutidas no conhecimento e nas experiências das pessoas. Nessa etapa, o/a pesquisador/a provavelmente descobrirá dados importantes que fundamentam a investigação nas vidas cotidianas das pessoas reais e

fornece uma maneira de formular problemáticas que por sua vez levam à descoberta de conexões (*ruling relations*) que permite que a abordagem investigativa da etnografia institucional seja única. No estudo de Azevedo (2010), foram realizadas observações, entrevistas e um grupo focal com agentes comunitários de saúde para investigar como esses atores percebiam as questões de saúde mental na atenção primária em saúde. Todo o trabalho foi fundamentado na perspectiva da Etnografia Institucional e a análise do material a partir dos conceitos de textos e *ruling relations* permitiu identificar os discursos e práticas sub-reptícios presentes no contexto pesquisado, como, por exemplo, a distância entre os princípios da atenção primária em saúde (APS) com as condições de trabalho, a contradição entre os textos oficiais sobre APS e as metas de atendimento exigidas pela instituição, entre outras. (Azevedo, 2010).

Para Rankin (2017a) uma boa análise deve ser pautada na identificação de uma problemática que surge no cotidiano dos/as participantes (*standpoint*) e a partir daí a tarefa do pesquisador/a é montar, descrever e explicar o quebra-cabeça através do mapeamento, da indexação e da escrita dos relatos. As situações descritas nos relatos podem ser únicas e particulares, mas o que importa mesmo na EI é analisar de que maneira as descrições das ações das pessoas podem fornecer evidências das relações dominantes, daí a importância de identificar as relações translocais. Pode ser que para a participante o acontecimento seja considerado algo comum do seu cotidiano, mas a pesquisadora vai analisar esses dados à luz da teorização e dos pressupostos da EI acerca do social, das relações dominantes, da instituição, das práticas cotidianas, no sentido de compreender por que as pessoas fazem o que fazem naquele contexto, entre outras possibilidades, tanto no campo da psicologia social crítica, como no campo da sociologia.

Considerações Finais

Dorothy Smith quebrou paradigmas no campo da sociologia ao desafiar o método de trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo “círculo interno da sociologia”. Para ela, o mundo é dominado por relações de poder que determinam o fazer cotidiano das pessoas, uma vez que elas se ajustam aos padrões dominantes (bifurcando sua consciência). Assim, diferente da tradição epistemológica e ontológica de pesquisa científica, que procura identificar uma ordem das coisas, a EI considera caótica a organização social e se interessa

em apreender os fluxos de ações e práticas através dos quais os atores sociais organizam e dão sentido às suas vidas. Essas ações ultrapassam as formulações sistêmicas e estruturais (previamente construídas pelos pesquisadores ortodoxos) justamente porque estão sempre em estado nascente.

Essa nova perspectiva teórico-metodológica rompe com a tradição do modelo de ciência que herdamos em meados do século XX que dá ênfase em estabelecer semelhanças entre acontecimentos e se interessa justamente pelas diferenças. Partindo do pressuposto de que a realidade social é, portanto, constituída por diferentes formas de contatos e interações, a EI traz um desafio para a nossa tradição de pensar o significado de ciência. Rejeitando um padrão científico, ela concebe o fazer científico como resultado de complexas relações que conectam o/a investigador/a com as pessoas, com as coisas, com os interesses, com os recursos e com as instituições. Tida como pioneira no campo dos estudos feministas, os estudos de Dorothy Smith são muito difundidos principalmente na América do Norte e Europa. No Brasil, seus estudos estão sendo timidamente popularizados através de outras feministas com maior inserção na América do Sul, como Patrícia Hill Collins e Oyèrónké Oyéwùmí.

As contribuições da Etnografia Institucional para a psicologia social crítica se evidenciam à medida que aquela perspectiva teórico-metodológica se coaduna com os ideais da psicologia social, seja no intuito de compreender as relações de poder inerente a qualquer instituição, seja explicar porque as pessoas fazem o que fazem em determinados contextos. Analisar as práticas cotidianas sem recair no maniqueísmo de achar que essas práticas são meramente frutos de um indivíduo, mas de toda uma organização social e cultural, se faz extremamente necessário para manter a crítica da

psicologia social em relação aos modos de organização da vida humana.

É necessário atentar, entretanto, para o fato de que apesar de a Etnografia Institucional ser um método potente para compreender como as relações de poder estão permeando o modo de vida das pessoas, não há uma discussão epistemológica por parte de Smith acerca de um marcador social importante na seara das relações sociais: o racismo. A discussão sobre as questões de gênero, assim como as de etnia/raça e classe social, é necessária para situar e compreender a teia de relações que vão sendo construídas e ativadas pelos atores sociais. Assim, para que essa discussão possa ser desvelada em contextos onde questões de gênero caminham juntas com as raciais, como é o caso dos países do sul global, é necessário considerar bases ontológicas e epistemológicas capazes de promover ações antissextistas e antiracistas para a pauta do dia em diferentes países, independente de sua localização geopolítica. Esse é um dos grandes desafios encontrados pelas pesquisadoras de perspectivas críticas como a Etnografia Institucional.

Apesar disso, a Etnografia Institucional vem sendo utilizada em estudos no campo da psicologia contribuindo para um posicionamento relativista crítico. Esse movimento pode permitir uma abordagem mais reflexiva na psicologia, que ainda mantém em geral estreita relação com o positivismo valorizando o empiricismo, permitindo outros olhares para o social. Para Íñiguez (2002) é responsabilidade nossa, enquanto psicólogas, eleger um tipo de conhecimento que queremos produzir: orientado pela autoridade, alienante, normalizador e engendrado na hierarquia de poderes ou um conhecimento libertador e emancipatório que dê visibilidade à luta da sociedade contra a opressão e dominação?

REFERÊNCIAS

- Alves, P. C. (2010). A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, 25(1), 15-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000100002>
- Azevedo, L. F. M. (2010). *Nervos: rede de discursos e práticas de cuidado na atenção básica no município de Natal/RN*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Azevedo, L. F. M. (2012). *Práticas de cuidado em saúde mental: uma perspectiva da psicologia social e saúde comunitária*. Curitiba: Ed. CRV.
- Azevedo, L. F. M. (2014). O processo de análise em etnografia institucional. In R. M. Veras, (Org.), *Introdução à Etnografia Institucional – mapeando as práticas na assistência à saúde*. (pp. 59-69). Salvador: EDUFBA.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo, vol. II – A experiência vivida* (3a. edição). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Campbell, M., & Gregor, F. (2008). *Mapping social relations: A primer in doing institutional ethnography*. Lanham, MD: AltaMira Press.
- Chagas, L., & Chagas, A. T. (2017). *A posição da mulher em diferentes épocas e a herança social do machismo no Brasil*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1095.pdf>
- Corcuff, P. (2001). *As novas sociologias: Construções da realidade social*. Bauru: Edusc.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Corrêa, M. (1981). Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de pesquisa*, (37), 5-16.
- DeVault, M. L., & McCoy, L. (2006). Institutional ethnography: Using interviews to investigate ruling relations. In D. E. Smith (Ed.), *Institutional ethnography as practice* (pp. 15-44). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Domènech, M., & Ibañez, T. (1998). La Psicología Social como crítica: percepción intelectual del tema. *Revista Anthopos*, (177), 12-21.
- Dubois, W. E. B. (1990). Double-consciousness and the Veil. In P. Saunders, *Social Class and Stratification* (pp. 208-214). London: Routledge.
- Figueiredo, L. C. M., & Santi, P. L. R. (2002). *Psicologia: uma (nova) introdução* (2a. ed). São Paulo: EDUC.
- Franco, M. H. C., Fajardo, A., Cardoso, P. A. P., & Mello, E. D. (2021). Desigualdade de gênero e escuta psi de mulheres. *Psicologia: Ciência e Profissão*, (41), 01-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225110>
- Garay, A., Iniguez, L., & Martinez, L. (2001). Perspectivas críticas en psicología social: herramientas para la construction de nuevas psicologias sociales. *Boletín de psicología*, (72), 57-78.
- Gergen, M. (2001). *Feminist Reconstructions in Psychology. Narrative, Gender and Performance*. Sage Publications. <https://doi.org/10.4135/9781452220482>
- Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harding, S. (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Ibañez, T. (1994). Constructing a representation or representing a construction?. *Theory and Psychology*, 4(3), 363-381.
- Íñiguez, L. (2002). Construcionismo social. In J. B. Martins, *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. Curitiba: Fundação Araucária.
- Marx, K. (1946). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Flama.
- Mead, G. H. (2021). *Mente, self e sociedade*. Editado por Charles Morris. Tradução de Maria Sílvia Mourão. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Morais, F. R. R. (2010). *A humanização no parto e no nascimento: o contexto e as práticas no contexto de uma universidade brasileira*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Rev. Ex aequo*, (11), 123-138.
- Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, discurso e gênero. *Psicologia*, XV(1), 43-65.
- Parker, I. (1999). Critical Psychology: critical links. *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 3-18.
- Pinheiro, V. S. (2008). *Entre a hegemonia e a polissemia: a política de educação e desenvolvimento para o SUS no contexto do Brasil contemporâneo*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- Pinheiro, V. S. (2014). A Etnografia Institucional – notas teóricas introdutórias. In R. M. Veras (Org.), *Introdução à Etnografia Institucional – mapeando as práticas na assistência à saúde* (pp. 15-25). Salvador: EDUFBA.
- Phillips, N., & Hardy, C. (2002). *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Rankin, J. (2017a). Conducting analysis in Institutional Ethnography: guidance and cautions. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1). <https://doi.org/10.1177/1609406917734472>
- Rankin, J. (2017b). Conducting analysis in Institutional Ethnography: analytical work prior to commencing data collection. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1). <https://doi.org/10.1177/1609406917734484>
- Smith, D. E. (1977). *Feminism and Marxism: a place to begin, a way to go*. Vancouver: New Star Books.
- Smith, D. E. (1987). *The everyday world as problematic: a feminist sociology*. Boston: Northeastern University Press.
- Smith, D. E. (1990). *Texts, facts, and femininity: exploring the relations of ruling*. London and New York: Routledge.
- Smith, D. E. (2005). *Institutional ethnography: A sociology for people*. Lanham, MD: Altamira Press.
- Smith, D. E. (Ed.). (2006). *Institutional ethnography as practice*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Spink, M. J. (Org.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J., & Menegon, V. M. (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92). São Paulo: Cortez.
- Traverso-Yépez, M. (2008). *A psicologia social e o trabalho em saúde*. Natal/RN: EDUFBA.
- Traverso-Yépez, M. A., & Medeiros, L. F. (2005). The complexity of symptoms and meanings involving “nerves” in Brazilian Public Health System. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1231-1243.

- Traverso-Yépez, M., Bernardino, J. M., & Gomes, L. O. (2007). "Fazem um PSF lá de cima...": a case study. *Psicologia Em Estudo*, 12(3), 593-602. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300016>
- Turner, S. M. (2006). Mapping institutions as work and texts. In D. E. Smith (Ed.), *Institutional ethnography as practice* (pp. 139-161). Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Véras, R. M. (2010). *Práticas institucionais/discursivas acerca dos cuidados com os bebês prematuros e/ou de baixo peso: o programa canguru*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

-
- ¹ Corrêa (1981) afirma que a família brasileira historicamente é poligâmica, tendo a mulher a "função" de cuidar dos vários filhos "bastardos".
- ² As teóricas dessa vertente epistemológica defendem que as pesquisas devam ser feitas do ponto de vista das mulheres (posicionamento feminista), pois só assim a ciência poderá superar a parcialidade e distorção das ciências masculinas dominantes.
- ³ São espaços outros permeados por relações de poder que estão conectadas com o fazer cotidiano das pessoas no contexto analisado.

Renata Meira Veras. Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: renata.veras@ufba.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1681-1401>

Luciana Fernandes de Medeiros. Doutora em Psicologia Social/PPgPsi/UFRN. Professora-adjunta do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências de Saúde do Trairi/Facisa/UFRN.. E-mail: Luciana.fernandes.medeiros@ufrn.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6754-7217>

Recebido em 15.fev.22
Revisado em 30.ago.23
Aceito em 26.out.23